Horizontes Históricos.

PODER EM DOIS CORPOS: PERFORMATIVIDADE DA MASCULINIDADE RÉGIA E FEMININILIDADES POLÍTICAS NO MEDIEVO IBÉRICO

POWER IN TWO BODIES: PERFORMATIVITY OF ROYAL MASCULINITY AND POLITICAL FEMININITIES IN THE IBERIAN MIDDLE AGES

Lívia Maria Albuquerque Couto[1]

Resumo: Este artigo analisa as relações entre gênero e poder na monarquia castelhana (sécs. XII e XIII), com foco no reinado de Alfonso VIII (1158–1214) e na atuação de Leonor Plantageneta e Berenguela de Castela. A partir de Scott, Connell e Butler, investiga-se como a autoridade régia articulava-se em performances de gênero. O poder masculino associava-se à virilidade e justiça; o feminino, às alianças e regências. Com base nas crônicas de Jiménez de Rada e Juan de Soria, argumenta-se que o governo operava como um sistema corporativo e relacional, no qual o gênero organizava a dinâmica política. Mesmo sob valores patriarcais, as fontes revelam a construção compartilhada da autoridade por homens e mulheres na corte castelhana.

Palavras-chave: Gênero; Poder Régio; Medievo Ibérico.

Abstract: This article analyzes the relationship between gender and power in the Castilian monarchy (12th–13th centuries), focusing on the reign of Alfonso VIII (1158–1214) and the roles of Leonor Plantagenet and Berenguela of Castile. Drawing on the theories of Scott, Connell, and Butler, it explores how royal authority was shaped through gendered performances. Masculine power was linked to virility and justice, while feminine authority operated through alliances and regencies. Based on the chronicles of Jiménez de Rada and Juan de Soria, the article argues that Castilian rule functioned as a corporate and relational system in which gender played an organizing role. Despite patriarchal values, the sources reveal how royal authority was jointly constructed and negotiated by both men and women at court.

Keywords: Gender; Royal Power; Iberian Middle Ages.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGHistória/ UFPE). Integrante do Grupo de Pesquisa *Dominium*: Estudos sobre Sociedades Senhoriais (CNPq/UFS). https://lattes.cnpq.br/6681583460967720. https://orcid.org/0000-0003-4175-1532. Bolsista CAPES. E-mail: couto.livia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A monarquia castelhana do século XII se articulava por meio de uma rede complexa de relações sociais e simbólicas, marcada por pactos, alianças, conflitos e negociações permanentes. Alfonso VIII não apenas ocupava o trono, mas encarnava a autoridade régia por meio de performances reiteradas: em campanhas militares, cerimônias públicas e narrativas que legitimavam seu governo. Contudo, o funcionamento do sistema político não se limitava à sua figura. Nesse sentido, partimos da ideia de que o poder político medieval castelhano não era unicamente concentrado no rei, mas sim compartilhado entre múltiplas instâncias, em uma dinâmica que pode ser compreendida como poder corporativo, tal como discutido pela professora Maria Filomena Coelho (2011).

Nesse modelo corporativo o poder régio operava de maneira distribuída, envolvendo diversas instâncias interdependentes, cada segmento do corpo político exerce um papel fundamental. E a autoridade não é um atributo exclusivo, mas um efeito produzido por relações que envolvem negociação política, rituais públicos e práticas de representação simbólica. Nessa estrutura, o gênero emerge como elemento organizador e simbólico dessas relações, não como uma dimensão secundária, mas um elemento organizador das hierarquias e funções políticas: são as performances de masculinidades e feminilidades que estruturam os papéis sociais, legitimam a autoridade e definem os limites da atuação política.

Compreendido como uma ferramenta analítica fundamental para a História, o gênero permite evidenciar os aspectos culturais e sociais que moldam identidades, papéis e relações, sempre mediados por percepções historicamente situadas sobre as diferenças sexuais. As ideias de masculinidades e feminilidades, portanto, não são fixas nem universais, mas construções que variam conforme o tempo e o espaço. Ser homem ou ser mulher, no contexto da monarquia castelhana, implicava desempenhar funções específicas dentro da ordem simbólica do poder, papéis que eram continuamente reproduzidos, contestados ou transformados condizente as exigências políticas e dinásticas do período. Dessa maneira, a análise de gênero não apenas realça a dimensão simbólica das relações de poder, mas também revela suas dinâmicas de manutenção e mudança.

Como destaca Cassiano de Jesus (2020, p. 24), a partir da Idade Média Central observa-se um fortalecimento dos projetos normativos das instituições monárquicas e eclesiásticas, herdeiros da tradição cristã, que passam a dedicar-se com mais intensidade à regulamentação da vida social. Ao longo desse período, discursos sobre a(s) sexualidade(s) foram sendo formulados com o objetivo de definir como os indivíduos deveriam se comportar, agir e experimentar sua sexualidade. A partir dos séculos XII e XIII, especialmente com a promulgação do Decreto de Graciano[2], intensifica-se a

[2] O Decreto de Graciano, compilado por volta de 1140, é considerado a primeira grande sistematização do direito canônico na Igreja Católica. Reunindo normas eclesiásticas dispersas, o decreto visava harmonizar as contradições do corpus

atuação da Igreja, em conjunto com as monarquias, na tentativa de controlar não apenas a vida religiosa, mas também os comportamentos sexuais, marcando esse período como uma fase de crescente normatização da vida cristã.

Se o corpo é uma construção histórica, como afirmam Connell e Pearse (2015), isso implica reconhecer que os comportamentos corporais foram regulados de modo distinto consonante o gênero, refletindo valores e expectativas socialmente construídos. As crônicas medievais, por exemplo, ao retratarem esses corpos, oferecem pistas sobre essa lógica: os corpos masculinos são descritos como instrumentos de poder político e militar, exaltados por sua força, coragem e capacidade de comando. Em contraste, os corpos femininos são frequentemente representados a partir de uma função normativa e reprodutiva, disciplinados pelo matrimônio, pela moral cristã e pelas exigências da linhagem.

No entanto, é importante lembrar que os corpos masculinos também são atravessados por normas, não se trata de uma imposição unilateral dirigida apenas às mulheres. Como destaca Connell (2015), práticas como o esporte ou a arte, por exemplo, impõem ao corpo masculino modelos específicos de força, autocontrole, virilidade e disciplina, que são igualmente produzidos e regulados socialmente. Assim, tanto feminilidades quanto masculinidades são moldadas por expectativas históricas e culturais, inscritas nos corpos e reiteradas por meio de rituais, condutas e representações. Essa diferenciação não apenas reflete a estrutura simbólica da monarquia castelhana, mas também a reforça, inscrevendo os papéis de gênero nos próprios corpos que compõem o corpo político do reino.

Nessa perspectiva, o corpo não era apenas um suporte físico da existência, mas uma peça-chave nas engrenagens do poder medieval: intimamente vinculado à honra, ao status senhorial, à virgindade feminina, à linhagem e à força militar, ele se convertia em um signo visível das hierarquias sociais e do equilíbrio simbólico do reino. A teoria da performatividade de gênero, proposta por Judith Butler (2004), contribui para compreender como esses corpos não apenas existiam, mas eram “atuados” e reiterados por meio de rituais, discursos e práticas que sustentavam a ordem política vigente. Vale lembrar, ainda, a noção de “incorporação” (embodiment), desenvolvida por Connell (2015), segundo a qual o corpo é o lugar onde as estruturas sociais se materializam, ou seja, as relações de gênero não são apenas representadas, mas literalmente vividas e inscritas nos corpos. Assim, os corpos no medievo tornam-se suportes performativos de uma ordem política generificada.

Complementando essa perspectiva, Joan Scott (1995) destaca o gênero como uma categoria analítica fundamental para compreender a estruturação e naturalização histórica das relações de poder. Para Scott, o gênero não é apenas uma descrição, mas uma estrutura central

jurídico anterior e oferecer um modelo de regulação da vida cristã, especialmente no que diz respeito à moralidade, à sexualidade e ao papel das instituições religiosas. Sua influência perdurou por séculos e teve papel central na definição dos comportamentos considerados legítimos ou desviantes no Ocidente medieval.

que organiza as relações sociais e o exercício do poder. Seu conceito abarca múltiplas dimensões interligadas, que devem ser diferenciadas na análise histórica, baseando-se em duas proposições essenciais: o gênero é constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, um modo primordial de dar significado às relações de poder (Scott, 1995, p 30). Dessa forma, compreender o gênero implica reconhecer como desigualdades e hierarquias sociais são articuladas e perpetuadas por meio de representações simbólicas, práticas sociais e instituições.

Com base no que foi exposto, é fundamental destacar que os estudos de gênero não se limitam à análise das experiências femininas, mas abrangem igualmente as múltiplas formas pelas quais as masculinidades são construídas social e culturalmente. Também é necessário frisar o caráter intrinsecamente relacional do gênero: as identidades de masculino e feminino não existem de forma isolada, mas se definem mutuamente dentro de contextos históricos e sociais específicos. Assim, compreender as masculinidades implica também compreender as feminilidades que as tensionam, complementam ou desafiam, e vice-versa. Nesse sentido, utilizar os termos no plural, *feminilidades* e *masculinidades,* é mais adequado para reconhecer a diversidade de vivências, valores e representações atribuídas aos gêneros. Esses conceitos não são universais ou estáticos, mas historicamente situados e moldados por distintos grupos sociais, contextos culturais e relações de poder.

Estudar as masculinidades no medievo ibérico é necessário para compreender como se construíam os discursos de autoridade, honra e hierarquia nas diversas esferas da vida política, religiosa e social. Elas não configuravam um modelo único e imutável, mas manifestavam-se em múltiplas formas, como já foi mencionado. Segundo Álvaro (2008), elas estavam funcionalmente integradas às relações de poder entre leigos e religiosos, vinculando-se ao cotidiano militar, clerical e dinástico. Essa perspectiva dialoga com as reflexões de Bullough (1994), que evidenciam como tais masculinidades, apesar de gozarem de privilégios sociais, eram rigorosamente normatizadas e submetidas a constante vigilância.

Da mesma forma, refletir sobre as feminilidades nos ajuda a perceber como as mulheres, mesmo inseridas em posições consideradas periféricas, desempenhavam papéis nas dinâmicas políticas. Longe da passividade que lhes é muitas vezes atribuída, elas atuavam como mediadoras, conselheiras, regentes e articuladoras de alianças. Embora Gerda Lerner (1993) argumente que a consciência feminista como tal só se tornou possível em contextos posteriores, devido, entre outros fatores, à desvantagem educacional imposta às mulheres, é possível identificar, no medievo, práticas de resistência e afirmação feminina que, mesmo sem constituírem um feminismo nos moldes modernos, revelam formas de agência nas margens do poder formal. Essas ações, muitas vezes silenciosas ou simbólicas, ajudam a iluminar como mulheres interagiam com as estruturas que as oprimiam, produzindo brechas e estratégias de intervenção política, mesmo em contextos

profundamente patriarcais. Reconhecer essa pluralidade nos permite entender a política medieval como um espaço performativo, onde os papéis de gênero, masculinos e femininos, sustentavam e legitimavam as estruturas de poder.

A partir das crônicas *Historia de los hechos de España*, de Rodrigo Jiménez de Rada, e *Crónica latina de los reyes de Castilla*[3], atribuída ao bispo Juan de Soria e produzidas entre os séculos XIII e XIV, investigamos como as identidades de gênero são mobilizadas para construir e legitimar a autoridade monárquica. Essas fontes vão além da narração de eventos, propondo modelos de realeza e ordem social que associam atributos como virilidade, coragem, justiça e religiosidade à figura do rei Alfonso VIII. Paralelamente, ainda que suas vozes sejam frequentemente secundarizadas ou silenciadas, as figuras femininas, especialmente Leonor Plantageneta e Berenguela de Castela, são evocadas para conferir estabilidade ao discurso dinástico.

Por isso, propomos uma leitura crítica das estruturas políticas medievais que reconhece as relações de gênero como dimensões fundamentais para o funcionamento da monarquia castelhana. A análise das representações de Alfonso VIII, Leonor Plantageneta e Berenguela de Castela nas crônicas revela que o poder não se concentra em um único corpo soberano, mas se constitui por meio da interação entre diferentes agentes, cujas performances de gênero desempenham um papel na produção, legitimação e sustentação da ordem política do reino. Dessa forma, ao examinarmos o "poder em dois corpos", buscamos compreender como as representações e práticas de poder na monarquia castelhana do século XII são articuladas através das dinâmicas de gênero.

FEMININILIDADES RÉGIAS E PERFORMANCES DE PODER: LEONOR PLANTAGENETA E BERENGUELA DE CASTELA NA MONARQUIA CASTELHANA

A Idade Média é frequentemente representada por meio de imagens contraditórias, ora como uma era de trevas, ora como um tempo de fascínio e glória (Couto, 2022). Nesse imaginário, as mulheres aparecem tanto como figuras subjugadas pelas normas patriarcais quanto como agentes que, mesmo diante de restrições estruturais, encontraram formas de intervir politicamente. Como observa Thaís Moura (2019, p. 10), esse embate entre submissão e protagonismo marca as reflexões contemporâneas sobre o papel feminino no medievo.

Nos séculos XII e XIII, Castela estava organizada segundo uma estrutura patriarcal que restringia a atuação das mulheres aos vínculos familiares. Contudo, entre a aristocracia, figuras como Leonor Plantageneta e Berenguela de Castela se destacaram por desempenharem papéis

[3] A autoria da fonte analisada, segundo o estudo crítico de Luis Charlo Brea (1984), aponta Juan de Soria, bispo de Osma e chanceler de Fernando III até 1246. O uso de vocábulos regionalistas, a pouca favorabilidade a Leão e as referências frequentes a clássicos latinos e escrituras sagradas reforçam essa hipótese. A fonte foi elaborada em dois tomos: o primeiro entre agosto e setembro de 1226, e o segundo após novembro de 1236, cobrindo eventos dos reinados de Alfonso VIII, Enrique I, Berenguela e Fernando III em Castela.

relevantes no cenário político. Leonor, rainha consorte de Alfonso VIII, foi uma presença estratégica no reino. Filha de Henrique II da Inglaterra e Leonor da Aquitânia, ela trouxe a Castela uma aliança valiosa e agiu de forma ativa nos assuntos do reino. A fundação do *Mosteiro de Las Huelgas*, em 1187, é um exemplo claro de sua autoridade espiritual e de sua preocupação com a memória dinástica. Além disso, teve um papel fundamental na promoção da cultura e da educação, incentivando a circulação de trovadores e contribuindo para a criação da primeira universidade do reino (García de Cortázar, 1992). Essas ações evidenciam como a atuação feminina podia ultrapassar a esfera simbólica, alcançando dimensões práticas tanto na política quanto no saber (Brea, 1984).

Sua filha, Berenguela de Castela, também desempenhou um papel notável ao unir os reinos de Castela e Leão. Mesmo após o casamento com Alfonso IX ter sido anulado pelo papa Inocêncio III, Berenguela permaneceu politicamente ativa. Em 1217, assumiu brevemente a coroa de Castela após a morte do irmão Enrique I, abdicando em seguida em favor de seu filho Fernando III, mas mantendo forte influência como regente e conselheira (Martínez Díez, 2007).

As crônicas medievais constroem representações específicas e complementares das figuras femininas, conforme os papéis esperados para mulheres da nobreza. No caso de Leonor, sua imagem é exaltada por atributos associados à feminilidade idealizada no contexto cortesão e cristão: nobreza de nascimento, virtude moral e sabedoria discreta. Isso se expressa claramente na forma como Jiménez de Rada (1989, p. 331) a descreveu como "poderosa, noble y discreta"[4], três qualidades que articulam poder e moderação, e que, simultaneamente, legitimam sua presença no cenário político sem romper os limites da atuação feminina socialmente aceitos.

Essa representação é aprofundada em outro momento decisivo: o gesto final de Leonor, ao confiar o reino à filha Berenguela. Segundo Brea (1984, p. 12), ela "como mujer prudente [...] prefirió dar como esposa a dicho rey su hija Berenguela" [5], ação que reforça sua prudência e capacidade de decisão estratégica. Essa passagem revela a articulação entre maternidade, fidelidade dinástica e a transmissão legítima da autoridade, indicando que Leonor não apenas cumpria um papel materno-biológico, mas também atuava politicamente ao garantir a continuidade do poder régio por meio da filha. Assim, sua autoridade se expressa não em confrontação ao poder masculino, mas por meio de uma atuação dentro das margens possíveis da política dinástica feminina.

A construção da autoridade régia feminina, moldada por atributos como prudência, nobreza e maternidade estratégica, encontra continuidade na representação de Berenguela de Castela. Sua atuação política é reconhecida e validada publicamente, como evidencia a *Crónica latina de los reyes de Castilla*, ao narrar o momento em que, em Valladolid, sua autoridade é reconhecida pela nobreza e pela assembleia régia. No entanto, esse reconhecimento vem imediatamente

[4] "Poderosa, nobre e discreta" (Jiménez de Rada, 1989, p. 331).
[5] "Como mulher prudente [...] preferiu dar em casamento ao referido rei sua filha Berenguela" (Brea, 1984, p. 12, tradução nossa).

acompanhado de uma limitação: "porque siendo ella mujer no podía soportar el peso del gobierno del reino" (Brea, 1984, p. 68) [6]. A passagem explicita a tensão entre a legitimidade política de Berenguela, construída por sua linhagem e competência, e os limites impostos pelas normas de gênero, que desautorizavam a permanência de uma mulher no trono.

Tanto Leonor quanto Berenguela ilustraram como as feminilidades nas cortes castelhanas eram múltiplas e dinâmicas. Articuladas por valores religiosos, dinásticos e políticos, permitiam às mulheres exercer poder dentro das margens do sistema patriarcal. Como aponta Judith Butler (2004), trata-se da performatividade do gênero, ambas atuam dentro das convenções, mas também as transformam, ao ampliar os contornos do possível para as mulheres em posições de poder.

De acordo com Lerner (1993), mesmo em sociedades profundamente patriarcais, as mulheres medievais desenvolveram formas de agência e resistência ao atuarem estrategicamente dentro das normas sociais vigentes. As crônicas analisadas mostram que espiritualidade, maternidade e diplomacia eram caminhos legítimos para o exercício da autoridade régia feminina. A atuação de Leonor de Plantageneta como fundadora de instituições religiosas e mediadora política exemplifica o que Lerner chamou de uso consciente da autoridade espiritual, uma forma de influência eficaz e socialmente aceita.

Nesse contexto, Georges Duby (2013) enfatiza a ambiguidade da posição das mulheres nobres, que eram, ao mesmo tempo, vetores de alianças políticas e símbolos da honra dinástica. Em vez de confrontarem diretamente a ordem patriarcal, muitas dessas mulheres a negociavam e reinterpretavam, ocupando espaços de tensão e contradição no interior da estrutura de poder. Suas ações revelam feminilidades estrategicamente moldadas, que operavam dentro dos limites instituídos para afirmar presença e influência política. No entanto, é importante destacar que as estratégias observadas nas trajetórias de Leonor Plantageneta e Berenguela de Castela dizem respeito a mulheres da realeza, cujas condições de agência estavam associadas à sua posição dinástica. Para mulheres de outros grupos sociais, os marcadores de feminilidade assumiam formas distintas, atravessadas por elementos como classe, religiosidade e grau de instrução, exigindo abordagens específicas e não generalizantes.

Assim sendo, como já apontado Joan Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria analítica fundamental para compreender a organização das relações sociais e políticas. No cenário castelhano, as atuações femininas se configuram como componentes essenciais do corpo político do reino, que funciona como um organismo coletivo. As feminilidades desempenharam nesse sistema tanto funções simbólicas quanto práticas, indispensáveis para a manutenção e a continuidade da monarquia.

Embora reconheçamos a complexidade e diversidade dessas experiências femininas, especialmente à luz da análise interseccional proposta por Lerner (1993), que destaca como classe

[6] "Porque, sendo mulher, não podia suportar o peso do governo do reino" (Brea, 1984, p. 68, tradução nossa).

social, origem étnica e posição religiosa atravessam essas vivências, este aprofundamento não constitui o foco principal desta pesquisa. Ainda assim, mantemos uma postura sensível à pluralidade das feminilidades, evitando a naturalização de "as mulheres" como um grupo homogêneo. A partir dessa reflexão sobre as estratégias femininas de autoridade, avançamos para analisar a masculinidade performada de Alfonso VIII, buscando revelar as conexões e tensões entre essas diferentes expressões de gênero no contexto medieval castelhano.

HERÓI, REI E CRISTÃO: A PERFORMANCE DA MASCULINIDADE DE ALFONSO VIII

Pensar a monarquia castelhana a partir da categoria de gênero implica deslocar o foco das estruturas institucionais para os mecanismos simbólicos e performativos que sustentam o poder. Como propõe Joan Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma forma primária de significar as relações de poder, sendo constitutivo, e não apenas reflexo, das estruturas sociais e políticas. Dessa forma, ele não se sobrepõe à história política, mas a atravessa e a constitui.

Como já foi mencionado, a perspectiva de Judith Butler (2004) sobre a performatividade de gênero demonstra que identidades como masculinidades e feminilidades não são essências fixas, mas construções sociais reiteradas por meio de práticas discursivas e performáticas. Nesse sentido, a masculinidade atribuída a Alfonso VIII nas crônicas medievais não deve ser entendida como um atributo natural ou inerente, mas como uma identidade construída e moldada por rituais políticos, narrativas heroicas e encenações públicas. Essas performances reforçam virtudes específicas, como coragem, justiça e piedade religiosa.

Essa abordagem se aproxima da teoria das masculinidades de Connell (2000), que destaca como as identidades de gênero são constantemente negociadas em práticas sociais, servindo tanto para consolidar hierarquias existentes quanto para contestá-las. No contexto da monarquia castelhana, essas performances não apenas legitimavam o poder do rei, mas também estruturavam toda uma ordem política baseada em códigos específicos de gênero.

Na narrativa de Jiménez de Rada, Alfonso VIII é retratado como um monarca guerreiro, defensor da cristandade diante do islamismo e promotor da ordem e da moral cristã. A vitória em Las Navas de Tolosa (1212) é apresentada como o ponto culminante de sua trajetória régia, símbolo máximo de uma masculinidade heroica que se afirmava pela coragem e pela fé. A repetição de cenas de batalha, conselhos militares e aparições públicas do rei constrói uma imagem performativa de poder, em que a legitimidade se ancora na capacidade de liderar e proteger o reino. Essa performance, contudo, não se limita ao momento do confronto: ela se manifesta já nos rituais de preparação, como narra o autor ao descrever os eventos do ano anterior à batalha:

> Sucedió al cabo del año (1212), en la época en que los reyes acostumbran a salir a combatir: el noble Alfonso, convocadas las gentes, aprestadas las armas, almacenados los víveres y, más que nada, listos los corazones para el combate, se

> produjo3 la concentración de todos en ioledo la única capaz, por su riqueza, de abastecer las exigências de todos (Jiménez de Rada, 1989, p. 307)[7].

Essa descrição apresenta um rei estrategista, atento tanto à organização material quanto à preparação espiritual de seu exército, o que reforça sua autoridade como líder militar e moral. Curiosamente, atributos semelhantes, como prudência, zelo religioso e capacidade de articulação, também são frequentemente atribuídos às rainhas da época. Isso nos permite refletir que tais qualidades não derivam exclusivamente do gênero, mas podem estar mais associadas à posição de poder ocupada por esses personagens, ou seja, a uma lógica de atuação própria da elite dirigente. Assim, mais do que traços essencialmente masculinos ou femininos, trata-se de performances políticas moldadas pelas exigências do exercício régio.

Ao examinarmos um momento crucial da narrativa, mesmo preservando o distanciamento característico da terceira pessoa, o cronista insere uma intervenção enfática em primeira pessoa: "Y en todo esto, doy fe ante Dios, el noble rey no alteró su rostro..." (Jiménez de Rada, 1989, p. 39)[8], como se fosse necessário atestar pessoalmente a firmeza emocional do soberano diante do perigo. Essa inserção reforçava a construção de uma virilidade régia exemplar, que atravessa tanto a narrativa quanto os valores políticos e morais que ela busca consagrar.

Elementos como a iconografia, os rituais litúrgicos, os juramentos públicos e as narrativas cronísticas operavam conjuntamente para inscrever o corpo do rei enquanto corpo político. Entretanto, ao pensar dessa forma, é importante considerar a crítica de Connell (2015) sobre a "corporificação do social", que problematiza a naturalização do corpo como mero reflexo das estruturas sociais, ressaltando a necessidade de compreender as múltiplas camadas de significados e performatividade presentes nessa construção. A autoridade de Alfonso VIII é moldada tanto por suas ações militares quanto por sua postura diante das responsabilidades do governo. Em uma das passagens mais elogiosas da crônica, Jiménez de Rada descreveu o rei como alguém capaz de governar com equilíbrio uma multidão diversa e instável, exaltando sua paciência, sabedoria e capacidade de moderação:

> Aunque no era facil de gobernar una muchedumbre tan abigarrada, tan distinta, tan opuesta, ni siquiera para el más paciente, sin embargo el noble rey con su gran corazón todo lo llevaba con tranquilidad, todo con quietud, todo con justicua, de manera que el aburrimiento lo trocaba en cirtud, superándolo con alegre semblante; las palavras desmesuradas tornaba en mesura con su mesurada respuesta; la ceñuda charlatanería de la ambición la transformaba en alegre discurso con su generosa mano; con simpática camaradería participaba en las paradas militares, sin que se resintiera un ápice la gravedad del porte real. Su condescendencia se manifestaba em él de tal forma que la preeminencia parecía igualdad; su sabiduría tenida de gravedad o rubricaba todo de tal manera que su camaradería se hacia un

[7] "No final do ano seguinte [1212], na época em que os reis costumavam sair para combater, o nobre Afonso [VIII], após convocar suas tropas, preparar as armas, armazenar provisões e, sobretudo, dispor os corações para a batalha, concentrou todos em Toledo – a única cidade capaz, por sua riqueza, de suprir tais exigências" (Jiménez de Rada, 1989, p. 307, tradução nossa).

[8] "E em meio a tudo isso, diante de Deus testemunho que o nobre rei não mudou seu semblante..." (Jiménez de Rada, 1989, p. 39).

> alivio para los demás, y su valentía, ejemplo, de manera que se podía decir de él: posee más virtudes que todos los demás juntos (Jiménez de Rada, 1989, p. 311)[9].

A descrição reúne atributos como justiça, generosidade, temperança e camaradagem, que se somam à valentia como pilares de uma masculinidade régia ideal. Trata-se de um modelo de rei cuja legitimidade se expressa não apenas pela força, mas pela conduta moral e exemplar. Essa é a dimensão performativa que Judith Butler (2004) nos ajuda a evidenciar: o gênero, nesse caso, é reiterado por atos visíveis e socialmente reconhecíveis. Ser rei, portanto, não é apenas exercer o poder, mas encarnar e realizar a encorporação de seus signos: parecer rei, agir como tal e ocupar simbolicamente o lugar que a ordem social atribui à masculinidade soberana.

A *Crónica latina de los reyes de Castilla* reforçou essa construção ao destacar o rei como defensor da cristandade e garantidor da paz entre os nobres:

> El rey glorioso, como quien no se quiebra mucho con la adversidad ni se ensoberbece con las cosas prósperas, poniendo toda su esperanza y confianza en Nuestro Señor Jesucristo, cuya fe siempre firmissimamente aceptó, mantuvo y defendió contra toda herética maldad, se preparó a defender virilmente su reino (Brea, 1984, p. 17)[10].

Seu papel como pacificador, sobretudo após conflitos internos ou alianças estratégicas, é descrito com um tom exemplar, reiterando a imagem de um monarca que controlava não apenas os inimigos externos, mas também os ânimos internos do reino. A descrição de suas ações como prudentes, gloriosas e justas reforçava o ideal de uma masculinidade régia equilibrada entre a força e a razão, elementos centrais da masculinidade hegemônica discutida por Connell (2000), cujos aportes contribuem para compreender como tais modelos são historicamente construídos e naturalizados.

A masculinidade hegemônica, nesse contexto, fundamenta-se não apenas na valorização de atributos físicos ou militares, mas também em uma racionalidade controladora e em uma religiosidade ativa (Connell; Messerschmidt, 2013). Essa configuração tem como base sua posição interseccional, pois refere-se a uma masculinidade que ocupa o lugar do governo e da soberania, o mais elevado na hierarquia daquela sociedade. As narrativas que a sustentam funcionam como dispositivos pedagógicos, ensinando o que se espera de um rei, de um homem, de um líder. Alfonso VIII é apresentado como a personificação desse ideal régio, exemplificando o equilíbrio entre o

[9] "Embora governar uma multidão tão diversa, conflituosa e heterogênea fosse difícil mesmo para o mais paciente, o nobre rei, com seu magnânimo coração, conduzia tudo com serenidade, equilíbrio e justiça. Transformava o tédio em virtude com seu semblante alegre, moderava palavras excessivas com respostas ponderadas, convertia a tagarelice ambiciosa em diálogo cordial com sua generosidade, e participava com camaradagem dos desfiles militares sem jamais comprometer a dignidade real. Sua condescendência era tal que sua superioridade parecia igualdade; sua sabedoria, temperada por solenidade, imprimia tal harmonia que sua companhia era um alívio para todos, e sua coragem, um exemplo. Dizia-se dele: 'Possui mais virtudes que todos os outros juntos" (Jiménez de Rada, 1989, p. 311, tradução nossa).

[10] "O rei glorioso, tal como aquele que não se abala com a adversidade nem se ensoberbece com a prosperidade, depositando toda sua esperança e confiança em Nosso Senhor Jesus Cristo, cuja fé sempre abraçou com firmeza, manteve e defendeu contra toda maldade herética, preparou-se para defender virilmente seu reino" (Brea, 1984, p. 17, tradução nossa).

domínio corporal e o domínio da fé, configurando-se como uma síntese performativa da masculinidade régia hegemônica.

A masculinidade de Alfonso VIII, conforme retratada nas crônicas, é construída como um processo contínuo de afirmação, frequentemente em oposição simbólica à feminilidade, alinhando-se à perspectiva de Butler (2004) e Connell (2015) de que todo gênero é incessantemente processual. Sua infância, marcada pela morte precoce de seu pai, Sancho III, em 1158, inseriu o jovem herdeiro em um contexto de instabilidade política, no qual poderosos nobres das casas de Lara e de Castro disputam sua tutela e a condução do reino. Esse período é descrito como um tempo de vulnerabilidade, em que a ausência de uma autoridade plenamente legitimada ameaça a ordem dinástica. A narrativa destacava que sua educação foi conduzida por figuras masculinas responsáveis por moldá-lo nos valores da nobreza, da justiça e da fé cristã. Em contraste, a figura materna é praticamente ausente, reforçando uma oposição simbólica entre a formação viril e a fragilidade atribuída ao feminino.

Essa lógica sustenta uma masculinidade régia que se distancia de características culturalmente associadas às mulheres, como a passividade, a emotividade ou a dependência. A trajetória do jovem rei foi descrita como uma passagem da infância frágil à maturidade combativa, da tutela à liderança, da insegurança à autoridade. Trata-se de uma performance de virilidade que estrutura a legitimidade política no contexto castelhano do século XII.

No entanto, é importante questionar as representações lineares do rei, que também aparece descrito como piedoso, humilde diante de Deus e atento às necessidades de seu povo, traços que, na perspectiva cristã, são valores compartilhados por ambos os gêneros. Essa ambivalência revela que mesmo o modelo de masculinidade hegemônica depende da incorporação de elementos que, em tese, escapam à lógica patriarcal rígida. A autoridade régia, portanto, também se sustenta na apropriação de atributos considerados femininos, quando estes contribuem para reforçar sua imagem pública e moral.

Ao analisarmos essas construções à luz da proposta de Maria Filomena Coelho (2011) sobre o poder como corpo político, percebemos que a masculinidade de Alfonso VIII foi um dos elementos constitutivos, mas não exclusivos, da estrutura de poder castelhana. O corpo do rei representa a unidade do reino e, dentro desse imaginário, ao se conceber o reino como masculino, espera-se que o rei encarne uma masculinidade exemplar; máscula, vigorosa e dominante. No entanto, essa unidade não se sustenta de forma isolada: ela é viabilizada pela articulação com outros membros do corpo político, inclusive os femininos. A masculinidade régia, portanto, é relacional, constrói-se em oposição, mas também em complementaridade às feminilidades, sobretudo àquela representada pelas mulheres da corte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da monarquia castelhana, a partir da metáfora do corpo político e das teorias de gênero e performatividade, revela que o poder nessa época não estava concentrado apenas no rei, mas distribuído entre vários agentes, como o rei, a rainha, a nobreza, o clero e os concelhos, cada um com funções específicas organizadas segundo uma lógica de gênero. Essa estrutura só funcionava quando cada um desempenhava seu papel social de forma reiterada, que destaca como o gênero é um elemento essencial para organizar e hierarquizar as relações de poder.

A masculinidade do rei castelhano era construída por meio de ações que o associavam a valores como força, razão e fé, qualidades essenciais tanto para sua legitimação política quanto para sua distinção em relação a outras masculinidades. No contexto ibérico dos séculos XII e XIII, essa construção se dava através de gestos públicos, campanhas militares, alianças matrimoniais e da proximidade com o ideal cristão de soberania.

De acordo Bullough (1994), a masculinidade medieval operava dentro de um tripé funcional: fecundar, proteger e prover. Essas funções, quando encarnadas pela figura régia, ganhavam densidade simbólica e política. O rei deveria “fecundar” não apenas no sentido de assegurar a continuidade dinástica por meio da geração de herdeiros legítimos, mas também no sentido simbólico de fecundar o próprio reino, tornando-o fértil, próspero e estável. Essa ideia ressoa com a tese de Marc Bloch (1993), na qual o corpo do monarca está diretamente ligado à saúde e à abundância do corpo político; “proteger” o reino de inimigos externos, como mouros e outros reinos cristãos rivais, e internos, como nobres rebeldes; e “prover”, garantindo justiça, estabilidade social e sustento espiritual e material para seus súditos.

Sob a luz da teoria da masculinidade hegemônica proposta por Connell (2000), pode-se dizer que o rei não apenas encarnava esse modelo, mas o impunha como norma cultural sobre os demais homens do reino. Sua masculinidade era exaltada como a forma mais legítima e desejável de ser homem, funcionando como régua de valor para a hierarquia de gênero No entanto, essa hegemonia não se dava de forma estática ou incontestada: ela era continuamente (re)construída por meio de disputas políticas com pretendentes ao trono, tensões com a aristocracia e processos de negociação simbólica com as mulheres da corte. Tais dinâmicas se intensificavam especialmente em contextos de instabilidade, quando se fazia necessário reafirmar a autoridade régia e a masculinidade soberana. Como argumenta Coelho (2011), a figura do rei não se limita ao indivíduo físico, mas incorpora um corpo político que deve continuamente performar sua legitimidade. Nesse sentido, a autoridade real é um efeito de práticas reiteradas, como propõe Butler (2019) no campo da performatividade, e se sustenta por meio de representações que articulam gênero, poder e ordem social.

Logo, esse poder, não era exercido de forma isolada. Mulheres como Leonor de Plantageneta e Berenguela de Castela desempenharam papéis fundamentais na manutenção do sistema político. Leonor atuou na mediação diplomática e na promoção cultural e espiritual da corte;

Berenguela, mesmo sendo pressionada a abdicar por ser mulher, reafirmou sua autoridade como regente e conselheira. Ambas evidenciaram como o poder feminino era parte integrante da engrenagem dinástica, ainda que operasse dentro dos limites e negociações impostos pela ordem patriarcal.

Voltamos, novamente, à metáfora do corpo político, que permite visualizar essa interdependência entre os agentes do poder e o papel do gênero como código organizador das funções sociais e da legitimidade política. Rituais, práticas institucionais e discursos oficiais reiteravam continuamente essas hierarquias e evidenciavam suas fragilidades, como nas crises sucessórias. A proposta de pensar o "poder em dois corpos", masculino e feminino, demonstra que o governo castelhano se estruturava a partir de uma lógica relacional, na qual diferentes figuras, por meio de performances simbólicas, contribuíam para a produção e sustentação da autoridade régia.

Nesse cenário castelhano, a presença feminina na política foi marcada por constantes negociações entre as normas de gênero vigentes e as possibilidades abertas dentro da própria estrutura institucional. As trajetórias de Leonor e Berenguela exemplificam esse processo: embora inseridas em um sistema patriarcal que limitava formalmente sua autoridade, ambas souberam operar dentro dessas margens para exercer influência efetiva. Ao mesmo tempo em que suas ações estavam condicionadas pelas convenções sociais, elas também contribuíram para redefinir os contornos do possível para as mulheres no interior da monarquia. É importante destacar, porém, que as mulheres não formavam um grupo homogêneo; suas experiências e acessos ao poder variavam significativamente conforme sua posição social, status familiar e contexto individual. Por isso, não se pode generalizar que as ações dessas figuras representavam todas as mulheres castelhanas, mas sim que elas ilustram possibilidades específicas dentro das hierarquias e desigualdades da época.

Conclui-se, portanto, que as representações dessas figuras de destaque refletem diferentes dimensões desse corpo político performativo. Alfonso VIII encarna uma masculinidade régia baseada em coragem, razão e religiosidade; Leonor evidencia a importância da mediação feminina nas esferas cultural e espiritual, reforçando um modelo de atuação que remete ao papel intercessor atribuído às mulheres na tradição cristã, como exemplifica a figura de Maria, invocada como aquela que "roga por nós"; Berenguela, por sua vez, demonstra como o poder feminino podia ser contestado, mas também estrategicamente ressignificado. Esses personagens revelam que a autoridade régia castelhana não pode ser compreendida sem considerar a complexidade das performances de gênero, das negociações dinásticas e dos discursos simbólicos que estruturavam, e desafiavam, a ordem política medieval.

Assim, este artigo reafirma a importância de uma abordagem de gênero para a história política medieval, não apenas como instrumento de visibilidade às mulheres, mas como chave

analítica para compreender o funcionamento das estruturas de poder, sempre plurais, performativas e atravessadas por discursos que precisam ser constantemente interrogados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

BREA, Luis Charlo. **Crónica latina de los reyes de Castilla**, Madrid: Akal, 1984.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. **Historia de los hechos de España**. traducción, notas e índices de Juan Fernández Valverde, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

BIBLIOGRAFIA:

ALVARO, Bruno Gonçalves. **A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII**: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos. Dissertação (Mestrado em História Comparada): Uniiversidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BULLOUGH, Vern L. On being a male in the Middle Ages. In: LEES, Clare A. (ed.). In: **Medieval masculinities**: regarding men in the Middle Ages. Minneapolis; London:University of Minnesota Press, 1994.

BUTLER, Judith. Gender regulations. In: **Undoing gender.** New York; London: Routledge, 2004.

COELHO, Maria Filomena. A monarquia corporativa na Península Ibérica: representação e prática política no Ocidente medieval. In: FERREIRA, Ana Sofia; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). **Poderes e territórios**: elites, instituições e redes sociais (séculos XII-XVII). Lisboa: CHAM, 2011. p. 25-48.

CONNELL, Raewyn W. Examining masculinities. In: **The men and the boys**. Sydney: Allen & Unwin, 2000.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**.** **Estudos Feministas**, 21(1): 424, janeiro-abril/2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONNELL, Raewyn W.; PEARSE, Rebecca. Diferenças sexuais e corpos generificados. In: **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO, Lívia Maria Albuquerque. "Idade "Mídia": apontamencoutotos sobre as representações midiáticas e reminiscências medievais na indústria cultural contemporânea. **Boletim Historiar**, v.

09, n. 01, p. 03-13, jan./mar. 2022. Disponível em: http://seer.ufs.br/index.php/historiar. Acesso em: 02 jul. 2025.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José. Cultura en el reinado de Alfonso VIII de Castilla: signos de un cambio de mentalidades y sensibilidades. **II Curso de Cultura Medieval**. Seminario: Alfonso VIII y su época Madrid: Centro de Estudios del Románico, 1992.

JESUS, Cassiano Celestino de. **Corpos em chamas**: masculinidades e práticas sexuais desviantes no medievo ibérico. Aracaju: EDISE, 2020.

LERNER, Gerda. The Educational Disadvantaging of Women. In: **The Creation of Feminist Consciousness**: From the Middle Ages to Eighteen-seventy. New York Oxford: Oxford University Press, 1993.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. **Alfonso VIII**: rey de Castilla y Toledo. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2007.

MOURA, Thaís Monique Costa. **Protagonismo feminino**: um estudo sobre a rainha Berenguela (1180-1246) na Crónica Latina de Los Reyes de Castilla. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019. Monografia (Graduação em História).

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

TINKLE, Theresa. Women on top in medieval exegesis. In: **Gender and power in medieval exegesis**. New York: Palgrave Mcmillan, 2010.